

PERCURSOS DE FORMAÇÃO (ANOS 1950-1970): KÁTIA MARIA ABUD

EDUCATIONAL PATHWAYS (1950S-1970S): KÁTIA MARIA ABUD

TRAYECTOS FORMATIVOS (1950-1970): KÁTIA MARIA ABUD



Mairon Escorsi Valério¹
Renilson Rosa Ribeiro²
Tatiane de Oliveira³



Nesta edição da revista *História & Ensino*, temos a satisfação de trazer uma entrevista com a professora doutora Kátia Maria Abud, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Kátia Abud é uma referência intelectual para todos nós, pesquisadores da área de Ensino de História, no Brasil. Dificilmente algum estudante de História tenha passado pela graduação sem ter contato com seus textos publicados em coletâneas e periódicos especializados abordando temas como ensino de história, currículos e didática da história. Seu livro *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*, publicado em 2019 pela EdUFMT, resultado da sua tese doutorado em História Social defendida em 1986, é leitura obrigatória para os estudiosos da História do Brasil e Historiografia Brasileira.



Sua trajetória acadêmica sempre teve como foco as conexões intrínsecas entre escola e universidade. Suas orientações de mestrado e doutorado tem a marca de estabelecer um vínculo com as metodologias de ensino de História no contexto escolar. Atuou como professora da rede pública estadual de ensino, construindo uma experiência marcante nas escolas vocacionais e na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), vinculada à Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. No ensino superior, exerceu a docência nos Cursos de Licenciatura em História, nas áreas de Didática do Ensino de História e Práticas de Ensino de História, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá/MT, Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Franca/SP, e, por fim, na Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Educação.





A história intelectual da Kátia Abud é repleta de capítulos riquíssimos sobre a história da imigração libanesa e as relações com o mundo do trabalho/comércio, a vida escolar e as escolhas profissionais, a paixão pela História como área de atuação, as vivências como professora de História nas escolas vocacionais, a pesquisa em arquivos versando sobre a história de formação de São Paulo e a construção do mito do bandeirante, o engajamento nos debates sobre os currículos de História para educação básica na redemocratização em São Paulo, a consolidação da área de Ensino de História como área de conhecimento, o compromisso com a escola pública e o posicionamento sempre necessários em pautas sensíveis para a produção do saber histórico escolar. Seria impossível dar conta de tantas, relatadas com uma riqueza de detalhes, em apenas uma entrevista. Só nossa primeira conversa sobre os anos de formação da Kátia Abud tomou mais de quatro horas de entrevista e ainda faltou assunto. Nessa boa prosa, o roteiro de entrevista cedeu espaço para uma troca de histórias, experiências e empatia. Estamos falando de uma profissional que sabe valorizar o uso das palavras e gosta de contar histórias.

A nossa entrevista foi realizada no dia 15 de dezembro de 2023, em seu apartamento no bairro de Higienópolis, em uma sala cercada de muitos livros, após um delicioso almoço com cardápio de iguarias da cozinha árabe, tendo a companhia de sua família. Chegamos às 11h da manhã e saímos depois das 19h, com intervalo para um café da tarde... A professora Kátia Abud nos recebeu como sempre com muita alegria e aquele jeito acolhedor, fazendo a gente se sentir em casa.

Saímos empolgados desse encontro e repletos de ideias de projetos futuros. E com a promessa de mais entrevistas, contando com a paciência e generosidade da nossa anfitriã. Só a transcrição dessa entrevista, feita pela pesquisadora Tatiane de Oliveira, renderam mais de 50 laudas. E nem entramos na entrevista sobre temas da docência da Kátia Abud a partir dos anos 1980 na universidade, atuando na graduação e pós-graduação e produzindo textos referenciais para a área de Ensino de História.

Nesse sentido, informamos que a pauta dessa entrevista ficou concentrada na história da sua família, dos anos de formação escolar e universitária e do exercício do magistério na rede estadual paulista. Temos a previsão de publicar, ainda neste ano, uma edição dessa conversa sobre a sua formação como pesquisadora, passando pelo mestrado e doutorado, e os anos iniciais do exercício da docência no ensino superior numa conexão afetiva entre São Paulo e Cuiabá.

A memória oral, como afirma Ecléa Bosi (2003, p. 15), pode ser contraditória, mas é aí que mora o seu tesouro, não pretende ser história oficial, mas ilustrar as mentes, a imaginação e as sensibilidades. O sujeito recorda e memoriza o passado em camadas e oraliza o que tem significado para ele (Bosi, 2001), é o que mostra a entrevista com a Kátia Abud, porque não se limita a um relato ou a um registro de memórias, mas faz um convite a análise potente e crítica sobre os tempos de formação e prática da

docência, com o compartilhamento das suas experiências sem se omitir ou deixar de se posicionar sobre questões sensíveis da nossa contemporaneidade.

No vai e vem das lembranças, quando Kátia Abud narra sobre a infância, as brincadeiras com as tias, as leituras na biblioteca municipal, sobre a mãe, o pai e a irmã, sobre as viagens, as mudanças profissionais, entre outras, fez-nos lembrar do “pedacinho de *madeleine*”, de Marcel Proust:

E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de *madeleine* que minha tia Léonie me dava aos domingos pela manhã em Combray. [...]

E logo reconheci o gosto de pedaço de *madeleine* mergulhado no chá que me dava minha tia (embora não soubesse ainda e devesse deixar para bem mais tarde a descoberta de por que essa lembrança me fazia tão feliz), logo a velha casa cinzenta que dava para a rua, [...], e boa gente da aldeia e suas pequenas residências, e a igreja, e toda Combray e suas redondezas, tudo isso que toma forma e solidez saiu da cidade e jardins, de minha xícara de chá. (Proust, 2002, p. 51-53).

* * *

Renilson Rosa Ribeiro: Kátia, essa é uma conversa nossa, fique à vontade! Agradecemos o aceite para conceder esta entrevista e gostaria que você falasse, brevemente, sobre a sua trajetória acadêmica e profissional.

Kátia Maria Abud: Eu sou do interior, de Laranjal Paulista, sempre tive estímulo da minha família para leitura, eu era muito tímida e quieta quando criança, então a leitura foi uma saída para mim, isso refletiu em meu rendimento escolar. Quando estava na primeira etapa do ensino fundamental eu li a coleção infantil inteira de Monteiro Lobato, sabia sobre a mitologia grega, eu tinha esse tipo de informação e minhas colegas perguntavam: — Como você sabe? Onde você viu? Esse estímulo para a leitura eu devo à minha família, família árabe! Meu pai, devido à visão, não fez faculdade, mas fez aulas particulares, tinha noções de línguas que, com o passar do tempo, sem uso, foi esquecendo. Meu tio, que pôde estudar, era médico, minhas tias eram formadas em Escola Normal, todas professoras. Eu li um livro, não me lembro o nome do autor, sobre uma pesquisa feita na comunidade libanesa no Brasil e a relação com a universidade na primeira década do século XX, com os formandos da USP [Universidade de São Paulo], para localizar e identificar a frequência dos filhos e filhas de libaneses



que estavam na Politécnica, na medicina, na faculdade de filosofia que antes tinha física, química e matemática. Então isso eu vivi na minha família. Em casa, até recentemente em que a minha mãe era viva, a minha única irmã e eu brincávamos com ela e dizíamos: — Aqui nós casamos só com diploma! Para mim, mais estudiosa e calma, a questão do diploma não era um problema, mas para a minha irmã, mais solta, a minha mãe falava: — Você sai da escola de bengala, mas sai com diploma! Então esse estímulo da escolaridade acho que foi preponderante para eu criar um vício de leitura. Quando criança, na casa da minha avó, ela encerava o chão que ficava lindo e brilhante, depois colocava alguns jornais no chão, eu adorava abaixar para ler, as minhas tias tropeçavam em mim. Eu lia política com o meu pai, quando ele acabava, eu lia para ele a parte da economia sobre o preço do café e a bolsa de Santos; não que eu ficasse discutindo com ele, mas lia para ter a informação e passar para os fregueses da máquina de beneficiar café e algodão e para saber o preço da exportação, até porque ele tinha contatos com os comissários do porto de Santos que compravam café desse pessoal. Então essa familiaridade com a leitura me indicou um certo caminho. Uma coisa que eu reconheço hoje, não sei o porquê, pois não era comum em cidade pequena, era o fato da prefeitura de Laranjal, que fica em frente a minha casa, ter uma biblioteca circulante com bons livros, então comecei a frequentá-la. Li toda a coleção infantil de Monteiro Lobato; no início da minha adolescência eu ficava brava porque queria ganhar outras coisas, mas só ganhava livros! No ginásio, nos livros didáticos de português havia transcrições de Gonçalves Dias, Castro Alves, Canções do Exílio, Navio Negreiro, Alvares de Azevedo... Li os livros desses românticos, na maior parte das vezes eu os pegava na biblioteca municipal, depois também passei a ler José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Acho que a minha inclinação para a História está muito ligada a esses autores que li na infância, autores do século XIX; eu não tinha nenhuma indicação de modernistas. Eu me lembro que tinha na biblioteca o livro de David Copperfield, de Charles Dickens, a bibliotecária era uma protetora do moral e dos bons costumes, controlava quem ia tirar determinados livros e uma vez falou: — Olha, esse livro aqui é grosso, mas você vai gostar dele porque fala da história de um menino pobre, eu me encantei com o livro! Essas leituras me davam uma certa curiosidade para saber como essas pessoas viviam, não o autor, mas as personagens porque elas tomavam uma certa vida! Uma vez, um professor do ginásio propôs para a atual sexta série, que antigamente era o ginásio, nas aulas de História da América, as histórias das pessoas e um pouco do cotidiano, isso para atrair a atenção dos alunos, investindo em narrativas de romances. O livro didático do Joaquim Silva trazia, por exemplo, uma parte complementar do cotidiano, o que comia, como vivia, as formas de compreender o mundo... Era a Escola Nova se implantando no Brasil, e por mais que os professores fossem conversadores - eu tinha horror de ser professora, mas isso é outra história - eles seguiam isso. Não sei se vocês já ouviram falar de um livro didático do Julierme de Abreu e Castro. Ele foi meu professor em Laranjal, era um professor muito interessante, carioca, numa época em que a profissão de professor secundário era completamente



abandonada, bagunçada, as cidades supriam as escolas com outros professores. Tinha professor de Ciências que era farmacêutico, professor de Latim que era ex-seminarista, muito disso também acontecia porque não havia cursos específicos. Eu fiz o ginásio na metade dos anos 1950. Havia só Faculdade de Filosofia aqui em São Paulo, em Sorocaba, mas o MEC [Ministério da Educação] fazia no Brasil inteiro um curso de formação rápida para quem tinha diploma universitário. No Rio de Janeiro, eu não sei o que acontecia, esse professor se formou quando ainda era História e Geografia, precisava trabalhar, não conseguiu emprego, então teve concurso de efetivação aqui em São Paulo, ele veio fazer o concurso, foi bem classificado porque o número de escolas era muito pequeno. Em Laranjal, até não entendo como tinha o ginásio porque era uma cidade muito pequena, mas havia prestígio do então prefeito com o governo do estado, então o professor escolheu Laranjal, talvez porque era muito disputada devido à estrada de ferro, não tinha rede de ônibus, mas era relativamente perto da capital. Ele foi para a Laranjal carregado de Escola Nova, então fazia julgamentos históricos na sala de aula. Eu fiz a defesa de Calabar. Lá tinha muita olaria, nas aulas de geografia ele mandava a gente pegar barro para fazer reprodução do relevo, agora eu sei que isso aí é a Escola Nova: trabalhar com textos, falar sobre o cotidiano na aula, agora eu daria nota 10 para Julierme como professor. Ele organizava excursões, uma vez nós viemos para São Paulo, ele nos levou para a Folha de São Paulo para vermos como funcionava o jornal, no Jardim Botânico e no zoológico. Em Laranjal o pessoal ficava falando que ele levava o pessoal para passear. Eu, talvez, tivesse o privilégio de passear e conhecer São Paulo nas férias porque minhas tias moravam aqui, mas muitos dos meus colegas não tinham, eles vinham com 13, 14 anos a primeira vez a São Paulo, ficavam encantados! O trem já era conhecido por boa parte dos meus amigos e colegas porque os pais eram funcionários da estrada de ferro, foi uma coisa importantíssima para a cidade e para a formação de mais de uma geração porque eles tinham emprego garantido, estável! Eram funcionários da Sorocabana, funcionários públicos, um salário que não era alto, mas que permitia que tivessem uma vida regular, seus filhos fizeram o ginásio, alguns viajavam diariamente para o Tietê, fizeram o Científico, alguns vieram para São Paulo estudar. Então, a Sorocabana, como fonte de emprego, foi importantíssima para o desenvolvimento das cidades do Estado de São Paulo. Eu sei que tem, não cheguei a ler, teses sobre o desenvolvimento das estradas de ferro, então essa figura foi muito importante. A gente teve outra professora de História que também era muito animada, depois eu a reencontrei aqui em São Paulo, na Faculdade de Filosofia, era a segunda esposa do professor Eurípedes Simões de Paula, e como eu era a melhor aluna em História, eu ficava muito próxima aos professores desse curso. E quando você estava no final do ginásio, tinha a questão: — O que você vai ser quando crescer? Meu Deus do céu! Castro Alves, Fagundes Varela, Álvares de Azevedo eram todos alunos da faculdade de Direito, então eu quero fazer Direito, mas se eu continuar aqui em Laranjal e se eu fizer o Curso Normal, não vou fazer Direito, mas não queria fazer Direito, queria fazer a faculdade lá do Largo de São Francisco porque eu achava

que aquilo continuava. As minhas tias, irmãs do meu pai, tinham muitos contatos, iam muito a Laranjal, eu passava as férias na casa delas, em São Paulo; aliás, muitas pessoas do interior iam para lá, para estudar, passar temporada ou morar. Eu ficava na casa de uma tia e depois fui morar lá, para fazer o Clássico, na Escola Estadual Presidente Roosevelt, na São Joaquim, tenho as melhores lembranças desse curso. Acho que para mim ele foi até mais importante que o curso universitário. Abriu a minha cabeça em muitos sentidos, compreendi melhor o mundo e descobri por que o conhecimento é importante para a minha vida, e não para ficar me exibindo com exercícios de erudição. E foi esse curso de três anos, o atual colegial, não sei se ainda tem a divisão de ciências, humanidades, não sei como funciona hoje. Tenho a maior saudade! Eu me encantei com o curso de francês. Eu me viro em francês, eu leio e traduzo qualquer coisa. Quando viajo para fora do Brasil, eu me viro muito bem, converso com as pessoas por conta do francês que aprendi no ginásio, mas foi no Clássico que aprimorei. Hoje, parece até um movimento contra os professores, mas antes, nas aulas de francês a gente lia bastante, foram três anos, começava com a escrita do século XVI, pequenos trechos da Literatura, passava pelos ilustrados e chegava ao século XX. Eu li *La Chute* [tradução: A queda], de Albert Camus, quando estava no 3º ano do colegial, em francês; também era assim, não era resumo de livro que a gente lia, era o livro inteiro, tanto em português quanto francês. Francês era mais difícil, as professoras passavam de carteira em carteira para ver se você tinha feito as atividades, elas sorteavam cada dia uma aluna para ir à frente ler o que tinha feito, a biografia ou o resumo da obra, a minha classe era feminina, no colégio estadual. A gente achava normal, hoje acho que isso faria uma revolução, essa é uma coisa que eu gosto muito de contar. Quando vim para São Paulo, não gostava de Latim, não ia mal, mas também não ia bem, eu tinha cinco aulas semanais, a gente lia os clássicos: Cícero, Plutarco, a *Eneida*, de Virgílio, e tinha aquele monte de declinação, pronomes, a declinação em Latim você tem que mudar o verbo conforme a pessoa, cada palavra muda no final dependendo do que ela significa na frase, e você tinha que saber para traduzir pequenos trechos de textos. Nós tínhamos de 15 a 17 anos, você imagina isso no colegial, hoje? Era uma coisa normal para nós! Eu ia fazer Direito, a Faculdade de Direito, e precisava dominar o Latim. Eu comecei a não me dar bem em Latim, um colega também, então fomos conversar com a professora para ver alguém para nos dar algumas aulas particulares. Ela indicou a Marilena, que foi uma ótima aluna, ela dá aula particular de Latim e mora na Aclimação, então fomos falar com ela. Sabe quem é a Marilena? É a Marilena Chauí, eu tive aula particular com ela! Marilena foi uma excelente aluna, tinha se formado e já estava na faculdade, eu gosto de falar que fui aluna de Latim da Marilena Chauí! Essa escola era repressora, sim! Mas acho que a de hoje também é, pelo menos aquela rendia alguma coisa!

Renilson Rosa Ribeiro: E na graduação, por que a opção pelo Direito?

Kátia Maria Abud: O Direito foi devido aos benditos poetas do romantismo. Tem Monteiro Lobato, que eu gostava muito, ele fez Faculdade de Direito, e também foi muito pela minha relação com a literatura, além de outros fatores. Mas no começo dos anos 1960 começou uma expansão dos cursos livres de Direito, você fazia o vestibular, a matrícula e depois só ia fazer as provas. Havia muitos advogados, por isso sempre vinha o questionamento: — Você vai fazer Direito, e depois? Eu tinha um tio, médico, com quem eu tinha uma grande amizade, ele falava: — Conheço advogado que está colando os selos lá nos Correios, fechando cartas. E como eu sou muito do fazer o equilibrado, fiz um cursinho para Direito, mas pensava: — Eu vou fazer o vestibular de Direito, mas vou fazer também o vestibular para outra coisa, porque fiquei na dúvida se fazia Letras ou História.

Mairon Escorsi Valério: Concomitante?

Kátia Maria Abud: É, mas eu achava que como estava fazendo cursinho de Direito, eu não ia entrar na História, mas sim Direito. Fui fazer o vestibular para não me pressionarem nem achava que ia entrar em História, porque na minha cabeça eu estava em Direito. Mas daí passei nas duas e achei melhor fazer História. A História era um curso meio fora de moda, não era muito chique, o bom na filosofia era fazer Ciências Sociais, mas eu nem sabia o que era isso, nunca tinha feito curso de Sociologia, eu não entendia muito bem o que era esse curso, por que não era para formar professor, né? Embora depois eles fossem dar aula de História. Então fui fazer o curso de História, achando que era desprezada, a maioria feminina, “*espera marido*”, aquela coisa bem preconceituosa. Passei nos dois! E sabe quando dá pena de pensar como eu ia jogar fora sendo que tanta gente foi reprovada? Inclusive tantas colegas que tinham feito o Clássico comigo, algumas fizeram cursinho para a História. Aí eu fui ver os horários, Direito tinha de manhã e à noite, a História tinha à tarde e à noite. Eu morava na Bela Vista, que era bem perto do São Francisco. Então falei: — Se eu correr, dá tempo de almoçar em casa, pegar o ônibus e chegar na hora da aula, então vou fazer as duas, mas na minha cabeça, se não desse certo, eu largava a História, só que a faculdade e os cursos me surpreenderam; o Direito, negativamente, e a Filosofia, positivamente. O Direito era imenso, havia duas turmas, eram 300 vagas, a de número par e a de número ímpar. 150 alunos na classe, os professores entravam, a gente se levantava em sinal de respeito, eles faziam a conferência de uma hora sobre um tema relacionado à disciplina, acabava a aula, a gente batia palma e eles saíam, quatro vezes por semana era essa a rotina. Alguns professores eram interessantíssimos, não vou citar nomes,



mas um exemplo era a aula de Direito Internacional. Alguns professores mais modernos e mais jovens perguntavam ao final da aula se alguém queria fazer alguma observação, alguns alunos que queriam ser advogados faziam perguntas ou alguma relação. Os professores eram chamados de excelência e não de professor, era assim: — Excelência, eu gostaria de fazer uma pergunta! Era obrigatório usar paletó e gravata! Era uma coisa muito opressora. Até porque, não que o colegial não fosse, mas em comparação com a Filosofia que a gente chamava o professor de você, como era caso do professor recém-formado, Guilherme Mota, ele se formou em 1963, quando eu entrei na faculdade ele estava no último ano. Em 1964, quando eu me matriculei em História Moderna, o Carlos Guilherme Mota começou a dar aula na faculdade, eu fui aluna dele. Ele falava: — Fui seu colega o ano passado! Era seminário, pesquisa, a gente tinha trabalho, a gente fazia pesquisa no arquivo, era uma situação completamente diferente, fora a questão política, embora a gente estivesse na cidade universitária, completamente isolado, havia pouquíssimos cursos na cidade universitária.

Renilson Rosa Ribeiro: Então para você o curso de Direito era formalista e o curso de História era mais um ambiente de debates e de seminários?

Kátia Maria Abud: Isso, a História era mais de debate, era muito menor, você conseguia conversar com as pessoas de outras turmas, era diferente. E a Faculdade de Filosofia era cativante, crítica. A gente matava aula para ir lá na Maria Antônia, tinha o Grêmio, isso durante o 1º ano, aí falei: — Estou fazendo o Direito de bobeira. Algumas amigas falavam: — Você está louca! Lá todo mundo briga, sobra gente, tem não sei quantos mil candidatos para 300 vagas, você vai jogar fora? Mas eu não vou ser advogada, vou ficar na História! Mas ficar na História, naquele momento, significava uma porção de questões para minha vida.

Renilson Rosa Ribeiro: Mas você não queria ser professora?

Kátia Maria Abud: Eu não queria ser professora! Eu brincava muito com a minha mãe: — Eu não gosto do bordado da Ilha da Madeira (cujas blusas eram muito na moda) e nem de sapato de salto grosso. As minhas professoras eram formais, tinham o formalismo como uma obrigação, então não havia nenhuma proximidade, mesmo com a Escola Nova, e a História que foi me enveredando. No 4º ano da faculdade a turma era pequena, todos eram amigos e havia os grupos de seminários que nos aproximava ainda mais. Eu era amiga, entre outras, da Ana Maria Camargo - ela faleceu recentemente - que era muito amiga também da Raquel Glezer. Nas férias, em





janeiro de 1966, a Ana Maria foi para Laranjal e me contou que tinha arrumado um emprego, no curso de Madureza. Vocês sabem o que é Madureza? Porque os jovens de hoje não sabem. Ela dava aula à tarde e estava precisando de um professor para a noite, estava segurando essas aulas, da noite, para eu pegar quando começasse. Então voltei e comecei a dar aula em Madureza e nunca mais deixei porque era um trabalho social. Eu tinha aluno que era motorista de ônibus, empregada doméstica... Era um pessoal muito pobre que queria melhorar de vida e que você tinha que ensinar a ler, a decodificar as palavras, nunca mais deixei! Isso foi em 1966 quando eu me formei, em 1967 e 1968 fui trabalhar numa escola particular e comecei com uma bolsa de trabalho, não me lembro como chamava, para a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], de historiógrafa no Centro de Documentação do Departamento de História, então eu dava aula de manhã e à tarde ia para esse departamento. Eu era amiga da Elza Nadai, que foi de uma turma anterior à nossa, ela tinha ido para o Ensino Vocacional, coordenava a área de Estudos Sociais e avisou-me que o Vocacional, que contratava depois que você fizesse um curso preparatório, abria 30 vagas, as selecionadas e classificadas iam para onde tivesse vaga de professor de história. Fiz esse curso e quando chegou o fim do ano, em 1968, fui chamada para ir a Rio Claro, porém não queria sair de São Paulo, mas falei: — Não vou deixar também, tanta gente querendo! Tinha 30 pessoas fazendo o curso, 6 foram selecionadas, eu não ia deixar! Fui e fiquei o ano de 1969. Então veio o AI-5 [Ato Institucional] em dezembro de 1968. Fiquei trabalhando ainda por um tempo e foi uma experiência maravilhosa que me marcou profundamente como professora porque você vê a possibilidade de desenvolvimento desses alunos quando os poderes públicos oferecem oportunidades. Profissionalmente, foi o que mais me marcou.

Renilson Rosa Ribeiro: Você acha que a experiência do vocacional a levou a atuar na área do Ensino de História?

Kátia Maria Abud: Então, foi aí que falei: — Vou ficar aqui mesmo! Nunca fui buscar o meu diploma na Faculdade de Direito. Deixei para lá! Já estava morando aqui neste apartamento desde 2002, minha formatura foi 1967. Encontrei um conhecido que tinha feito o concurso e trabalhava na Secretaria da faculdade de Direito, eu tinha pedido o diploma e ele falou para mim: — Oh Kátia, estava atrás de você, o seu diploma está lá! Aí eu respondi: — Que diploma? Eu já estava até casada, com filho, eu já tinha ido para o vocacional, já tinha voltado, acho que já tinha ido a Cuiabá, voltado de Cuiabá. Ele falou: — Seu diploma de Direito, você pediu, você pagou e não foi buscar! Vai buscar! Eu estou trabalhando na secretaria, ele está guardado comigo lá! Eu nem lembrava onde era a secretaria. Falei: — Está bom! Ele ficou telefonando até que fui buscar, mas nunca tirei a carteirinha da Ordem dos Advogados. Pensei, numa época, até fazer



concurso, mas falei: — Vou fazer concurso para quê? Para juiz? Olha bem para a minha cara! É um ambiente muito formal!

Mairon Escorsi Valério: Você fez a sua graduação em História, atuou na educação básica no vocacional, mas em seguida veio a preocupação com a formação de professores?

Kátia Maria Abud: Sim, mas antes tem outra coisa, em 1967, logo após de formada, aconteciam as comissões da reforma universitária em que a professora Emília Viotti da Costa participava, ela foi a minha professora no 1º e último ano de História. Ela resolveu fazer uma experiência com os cursos de pós-graduação, ela ainda não tinha feito doutorado, quem assinou o parecer foi o professor Ivo Brian, chefe do setor. Era um grupo, uma espécie de convênio não oficial, como o grupo do Frédéric Monroe Malraux que tinha um projeto muito grande de História de cidades da América Latina. Esse trabalho da Emília renunciava a pós-graduação que temos agora. Antes, para fazer essa modalidade de curso você tinha que conversar com o professor, fazer a tese e depois ele convocava os membros da banca, no departamento, o aluno defendia e obtinha o grau de doutor. A experiência no curso, com a duração de dois anos, seria coordenada pelo professor Yves Brian e as aulas ministradas por ela. O combinado era um grupo pequeno, com oito pessoas, que só teria o diploma de pós-graduado quando fizessem a dissertação de mestrado, também poderia ser doutorado, mas no mínimo o mestrado. O grupo pesquisava sobre as cidades, cada um escolheu uma. Eu escolhi Tietê; a Raquel Glezer, acho que Jundiaí; a Ana Maria Camargo, Amparo; um colega nosso, Presidente Prudente; e assim por diante. Todo mundo ficou preocupado de pegar a região cafeeira porque tinha mais documentação e conciliávamos com o curso. A Emília dava aula toda semana e chamava outros professores, eu não sei como isso funcionava burocraticamente, mas tivemos aulas com professores americanos, época do brasilianismo, fazíamos leituras muito específicas de como eram as cidades do estado de São Paulo, sobre a historiografia do café, foi um curso maravilhoso. O 2º ano era para redigir a tese, dois terminaram, os outros seis, não, mas estávamos fazendo as pesquisas, tínhamos o compromisso porque o diploma era só para quem terminasse. No final do ano veio o Ato Institucional n.º 5 e a professora Emília Viotti foi aposentada, então parou tudo. Ela foi corretíssima e diante da situação reforçou ao professor Brian para assinar o documento de conclusão do curso para todos que vinham apresentando a pesquisa. Então eu sou pós-graduada, mestre e doutora em História. Mas essa pós-graduação nem vale mais se eu fosse fazer um concurso porque era tipo uma introdução ao curso, ele não estava pronto, era uma experiência. Em 1969 fui trabalhar no ginásio, no vocacional, e fui para Rio Claro, fiquei um ano lá, ano intranquilo, mas estávamos indo. Quando fez um ano do AI-5, eram 6 colégios vocacionais do estado, um projeto avançadíssimo da Escola Nova, eles diziam para



nós, professores, que aquilo era uma experiência que a gente estava fazendo, de como poderia ser estendido para toda a rede estadual. No 1º ano de introdução no Santa Helena e no Raul Fernandes, em Rio Claro, o vocacional era período integral, depois abriram uma turma à noite para experiência. Eu peguei a turma da noite, adorava! Nós estávamos finalizando o ano dia 13 de dezembro, ia ter um almoço de confraternização - o vocacional tinha refeitório, salas ambientes, oficina para industriais, auditório que era quase um teatro para educação artística, uma maravilha, uma cidadezinha universitária - então íamos fazer as trocas de presentes, era o último dia de aula, mas chegou uma colega e falou: — Olha, a Ivonete, a diretora, está pedindo para todo mundo ir para o auditório porque tem três oficiais do 5º GECAM, parece que esta visita está acontecendo ao mesmo tempo, em todos os vocacionais, não pode sair ou entrar ninguém, mandaram fechar a escola. A gente tinha sala ambiente, sala dos professores por área e as salas das aulas, cada grupo ia para a sua sala que eles iriam passar, imaginem a animação que os professores foram! Mas não tinha grandes coisas, eu não sei qual era o delírio deles em relação ao vocacional. Eu dava aula com uma professora de Geografia, trabalhávamos com as histórias de Rio Claro, da estrada de ferro paulista, ferroviária, ferrovias. A gente começava com a revolução industrial, era aula de História e Geografia, não havia doutrinação, ninguém colocou Karl Marx para a 5ª série para falar sobre divisão de funcionário administrativo, funcionário braçal, maquinista, faxineiro. E como a gente dava aula à noite, aquela meninada já trabalhava, eles iam vender lanche na estação de trem, eram bem pobres. Era o ano dos grandes movimentos estudantis, das passeatas. E no projeto de ensino se fazia uma síntese, com formatos diferentes, sobre o que eles tinham aprendido durante o ano. A turma da 5ª série fez uma peça de teatro sobre as passeatas estudantis, mas eles não viram isso. Era o assunto do momento, as passeatas de cem mil. O colégio não fechou naquele ano, só deixou de existir no ensino vocacional, no ano seguinte, em 1970.

Renilson Rosa Ribeiro: Vocês foram dispensados naquele dia?

Kátia Maria Abud: Não fomos, tem gente que continuou, eu não quis, porque para eu ir para Rio Claro e pegar uma escola que estava em completo desmonte, então para mim tanto fazia trabalhar em Rio Claro ou São Paulo. Em 1970 eu fiz o concurso para o Estado, em julho foi a escolha, em agosto eu tomei posse.

Renilson Rosa Ribeiro: Mas tem um episódio na sua posse que você pegou uma escola que parece que também tinha uma questão política que atravessou o seu início no Estado?



Kátia Maria Abud: Tem! Fui para uma escola pequena, no Rio Pequeno. Em 1970 pedi para voltar a dar na escola particular Joana D'arc. Anteriormente, quando eu saí de lá, o diretor falou: — Esta escola vai estar sempre aberta para você! Eu me dava muito bem com os alunos! Eles me convidavam para passar o dia na casa deles, as mães vinham conversar comigo na escola, era muito legal, as classes eram pequenas. Permaneci mais dois anos, concomitante com a escola pública. Antes do concurso, fiquei só três meses em uma escola no Bairro do Ipiranga, depois fiz o concurso para o magistério secundário e fui para uma escola no Bairro do Rio Pequeno, voltei também para o setor de documentação. Comecei a dar aula como voluntária em Metodologia da História e com a Reforma Universitária [1968] na pós-graduação comecei a fazer mestrado, no regime novo.

Renilson Rosa Ribeiro: Nessa escola no Rio Pequeno você começou a trabalhar lá e o que aconteceu?

Kátia Maria Abud: É uma história interessante! Eu estava procurando, no setor de documentação, uma escola perto da cidade universitária, já que eu estava bem classificada no concurso. Minha colega de Geografia, que também ia escolher, tinha feito uma lista das escolas naquela região, ela sabia quantas aulas tinham e foi me falando. O Joana D'arc também era perto da cidade universitária. Quando deu o sinal para começar a escolha, eu nunca me esqueço, não sei o porquê, aí eu falei: — E esta escola aqui? E ela me disse: — É uma belezinha! Porque foi uma doação da colônia japonesa, é uma construção japonesa, tem um jardim japonês, lago com chorão. É uma escola bem pequena! Respondi: — Eu vou para lá! Ela tinha quatro salas, uma de 5ª série, outra de 6ª, 7ª e de 8ª. Naquele momento, pela organização da secretaria, ainda estava Estudos Sociais na 5ª e 6ª séries, na 7ª não tinha nem Estudos Sociais, mas tinha Geografia, na 8ª tinha História. Eu não tinha registro em Estudos Sociais porque era preciso ter um ano de Sociologia e um ano de Antropologia ou dois anos de uma delas. Eu só tinha feito dois semestres de Sociologia, então não podia pegar aulas, Graças a Deus! Fiquei com um número pequeníssimo de aulas e o diretor disse que eu tinha que ficar na escola, eu ficava preparando aulas, era melhor! Só que havia um grupo de professores que era de estudantes muito jovens e recém-formados da USP, militantes políticos contra o governo e que estavam na mira da repressão. Quando cheguei ao colégio, um desses professores tinha abandonado a escola e tinha sumido da escola onde ele morava, não era desaparecido político, tinha fugido ou assumido a clandestinidade. Eu não sabia de nada disso, fui lá porque tinham falado bem da escola, a colônia japonesa que tinha financiado a escola, tanto é que só tinha o 1º grau.





Trabalhando lá, aconteceu que veio a reforma de 1971, acabou o exame de admissão, a escola lotou e continuou sendo muito procurada pelo pessoal da USP, dava para ir a pé. Enquanto estava pequena, percebia-se alguma coisa, porém mudou o diretor, o anterior que era efetivo, mas o colocaram em outro lugar, o atual era contratado e conhecido da Geografia como um dedo-duro na faculdade, onde era temido. Eu não sabia de nada, já tinha saído da faculdade, não tinha contato com a Geografia, escolhi a escola porque era bonitinha! Eu era a única efetiva, antes de mim, havia uma professora de português que também era, ela substituiu o primeiro diretor que foi embora, mas foi removida. A gente achava muito estranho, de vez em quando passavam três ou quatro homens de paletó e gravata pelos corredores, com o diretor novo, e ficavam olhando para dentro das salas. Tinha um grupo de professores antigos que não olhava para a minha cara, eles não conversavam comigo e eu não sabia o motivo, mas tinham recebido ameaças, do diretor, que esse colocaria alguém lá para tomar conta deles; então vai a besta aqui que escolheu a escola por ser bonitinha, eu tinha pontos para escolher qualquer escola, mas eles achavam que essa pessoa era eu. A briga era para escolher a escola que tinha 40 aulas. Eu poderia ter escolhido, naquele momento, a Escola Estadual Professor Fidelino de Figueiredo que tinha acabado de se tornar escola regular e era o Colégio de Aplicação da USP, mas depois eu vim para cá.

Mairon Escorsi Valério: Você não imaginava que a repressão entenderia que ali era célula subversiva?

Kátia Maria Abud: Não! Ninguém me falou nada. A única referência que eu tinha da escola era que ela era uma belezinha, tinha um salgueiro e tinha um laguinho. Tinha um grupo de professores que não falava comigo, mas fiquei muito amiga da professora de Português e do professor de Matemática e eles me contaram sobre isso. Ela participava da luta contra o regime, não sei se estava envolvida com a movimentação de 1970, de sequestros ou assaltos a bancos, mas ela era forte na organização. No caso do professor, ele tinha abandonado a luta, foi preso, era da turma da pesada. Ao fim ficou a pessoa que colaborava com o regime militar na função de diretor da escola. Estavam construindo um prédio enorme para ser escola, esse prédio bonitinho era da prefeitura, quando ficou pronto a gente mudou para lá, era para atender 2000 alunos. Um dia, o diretor viu um menino que estava jogando bola e quebrou o vidro da escola, ele pegou o menino pela camiseta! Como eu era a única efetiva, o pessoal falava: — Kátia, você vai ter que falar! E eu, burra, fui falar com o diretor! Então passei a ser a líder da subversão na escola. Encheu de gente porque a avenida Rio Pequeno saía em frente ao Quartel de Osasco, encheu de milico, policial militar, lá dentro e o clima ficou insuportável. Num sábado teve exame de supletivo na escola, eles convocaram os professores, o diretor me chamou para uma conversa. É uma coisa que eu nunca me





esqueço, esse colégio tinha muita sala, fomos a uma saleta que ficava vazia, tinha uma cadeira, falou para eu me sentar, ele ficou em pé, foi assim que começou. Eu era recém-casada, o Nelson, meu marido, ia muito para o Rio, às vezes, aos finais de semana, era eu quem ia para lá ou ele vinha a São Paulo. Então o diretor perguntou: — Quando vai para o Rio, você se meteu, alguma vez, com assalto a banco? Eu falei: — Está louco? Claro que não! Ele disse: — Olha, porque se você estiver metida nisso, fuja! E tome cuidado na fronteira porque eles estão matando lá! Eles tinham prendido o professor de matemática que era durão! Insinuando que ele tinha sido torturado e não tinha falado nada. Era um jogo assim: ele queria saber se eu estava mesmo ou se eu sabia de alguma coisa dos outros. Era mês de julho, fiquei mais o segundo semestre e saí, vim correndo para cá e depois fui para outra mais perto, a Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo, o antigo Colégio de Aplicação, que adorei dar aula de forma muito tranquila, permanecendo por lá uns 10 anos lá. Depois eu fui convidada para atuar na CENP [Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas], vinculada à Secretaria de Estado de Educação.

Renilson Rosa Ribeiro: Kátia, agradecemos nossa conversa sobre a sua história de formação escolar e acadêmica e o início da carreira como professora de História da educação básica.

Referências

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. Tradução de Fernando Py. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Notas

¹Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor adjunto do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Foi professor adjunto do Colegiado de Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), atuando também no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Mestrado Profissional em Educação.

²Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade de São Paulo (Usp). Professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-

graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

³Mestra em Educação e doutoranda em Estudos de Linguagem, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora efetiva da área de Secretariado Executivo, do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

